

PREÂMBULO

Este vol. XXXVI dos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia” representa, segundo esperamos, um novo ponto de viragem na nossa revista.

Após a já histórica renovação processada na vida da SPAE em 1985, quando herdámos o longo período de liderança do Prof. Doutor Santos Júnior, os TAE passaram, até ao final dessa década, por uma fase de transição, compreensivelmente algo indefinida, inserindo alguns trabalhos de Arqueologia e de Etnografia, até que em 1990 se decidiu dar um novo impulso a esta publicação, afinal o mais importante elo de ligação entre todos os sócios da SPAE, entre esta e outras agremiações congéneres, e uma das principais razões de ser da nossa instituição.

Foi então que no triénio 1990-93 se editaram os três volumes de homenagem ao etnólogo Ernesto Veiga de Oliveira, falecido nos inícios do ano de 1990, e sócio honorário da SPAE. Conseguiram-se assim alguns originais de valor, principalmente no campo em que ultimamente vem sendo mais difícil a actuação da Sociedade, por estranho que pareça: o da Antropologia cultural ou social. A verdade é que o “movimento renovador” de 1985 havia sido efectuado maioritariamente por arqueólogos, e que, por outro lado, tem sido difícil romper o isolamento da SPAE no ambiente antropológico português, devido a razões históricas bem conhecidas de todos, e que fazem com que se concentre no meio universitário lisboeta a maior parte dos especialistas (sem menosprezo, por ex., da “escola” de Coimbra, de grande qualidade).

No triénio seguinte - 1993-95 - abalançámo-nos à mais ousada das iniciativas da Sociedade, talvez desde o momento da sua criação, em 1918. Concebemos e realizámos, na academia portuense, e de colaboração com dois colegas da Universidade de Alcalá de Henares, o 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, precisamente num dos períodos mais negros da história da nossa Arqueologia, marcado por uma absoluta descoordenação dos serviços do Estado neste sector. Descoordenação essa que culminou na respectiva actuação, que tão bem se conhece, no “caso Côa”.

Sentimo-nos satisfeitos por esse Congresso ter sido um êxito, e por estarem já distribuídas as suas 4.500 páginas de Actas, no momento em que se ultimam os preparativos do 2º Congresso em Zamora, para Setembro deste ano. E não menos pelo facto do “Dossier Côa”, separata do vol. VIII das referidas Actas, com 600 páginas, ter já esgotado, neste momento, os seus 750 exemplares. Encontra-

da Reitoria da Universidade do Porto, em 1989; a mesa-redonda subordinada ao provocatório tema “Existe uma Cultura Portuguesa?”, efectuada em 1992, e cujo livro resultante, publicado pela “Afrontamento”, já se encontra esgotado; e a realização, em colaboração com a Associação Portuguesa de Antropologia, do ciclo de palestras sob o título “Trabalhos e Perspectivas Recentes da Antropologia Portuguesa”, em 1994/95 - são indícios claros de que este é um caminho importante a prosseguir, e que poderia eventualmente desembocar numa iniciativa de relevo no final do século, em que a SPAE aparecesse associada a outras entidades igualmente empenhadas, se para tanto vierem a apresentar-se condições favoráveis.

Somos dos que continuam a pensar que o associativismo cultural tem um papel fundamental - até de natureza ética - a desempenhar numa sociedade democrática, onde é preciso trabalhar para aprofundar o diálogo, sobretudo num meio de fragmentação de valores, de fuga em frente para comportamentos de “evasão” (droga, fundamentalismo religioso, intransigência para com as diferenças, violência, xenofobia), de retracção dos indivíduos sobre os seus desígnios egoístas, de desvario narcisista, sempre compensatório de graves lacunas afectivas, como aquele a que assistimos, e de que afinal todos acabamos por participar, no movimento pendular do *stress* entre a ansiedade e a depressão.

Ora, o diálogo entre os seres humanos de culturas diferentes é um património inegável da Antropologia. E a SPAE, como a mais antiga associação antropológica do país, não pode nunca esquecer isso, tanto nas suas actividades como nas publicações a que aquelas vão dando origem. O que importa é endogeneizar, trazer para o próprio interior da comunidade universitária e cultural, essa atitude de diálogo, que é sempre uma predisposição para o esforço do despaisamento e da aprendizagem, e o absoluto oposto da arrogância dos que, no seu discurso monologante, julgam poder sobrevoar tudo e todos. Como se alguém pudesse ser “a consciência da nação”, falando de fora e de cima do tablado da acção concreta, em nome do suposto “interesse geral”, sempre um artifício retórico para impor aos outros, como indiscutíveis, objectivos sectoriais.

Uma parte dos nossos “formadores de opinião”, que escrevem regularmente nos jornais, pertence, talvez, a essa classe de “videntes”, que substituem ao desconforto da intervenção no terreno a cristalina resolução dos problemas “in vitro”, efectuada na domesticidade dos seus gabinetes. Mas, como é óbvio, nunca poderemos passar sem eles, são um sintoma imprescindível de democracia, e só é pena que não haja mais, para enriquecer o nosso (frequentemente) cinzento quotidiano.

Veja-se o que aconteceu no caso Côa: para além dos interesses económicos e políticos em causa, o que aí se defrontou, basicamente, foram duas atitudes culturais e éticas (perdoe-se-nos o maniqueísmo deste esquema redutor). De um lado, o daqueles para quem o mundo é uma máquina que se presta a todas as experiências (com o seu séquito de bajuladores e de oportunistas). De outro, o daqueles que ainda